

# Justiça anula contratos do Saúde da Família

*Instituto Candango de Solidariedade vinha selecionando funcionários para o programa do governo sem realizar concurso público*

Samanta Sallum  
Da equipe do **Correio**

A Justiça Trabalhista acabou com a festa de lançamento do programa Saúde da Família, prevista para segunda-feira, em Samambaia. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) mandou suspender ontem os contratos de todas as pessoas selecionadas e já treinadas para trabalhar no novo programa de saúde do Governo do Distrito Federal (GDF).

Com a decisão, os 270 funcionários contratados estão impedidos de começar a trabalhar e de receber salários. O GDF também não poderá realizar novas contratações. A meta do Saúde da Família era contratar, até o final do ano, cerca de 1.500 funcionários entre médicos, enfermeiras, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários.

## CONSTITUIÇÃO

De acordo com a Justiça, as contratações são irregulares porque foram e estão sendo feitas sem concurso público, como exige o artigo 37 da Constituição. Em seu despacho, o presidente da 3ª Junta de Conciliação e Justiça do TRT, Grijalbo Fernandes Coutinho, destaca que o desprezo por tal regra "viola os princípios da moralidade, da impessoalidade e da legalidade".

O juiz concedeu liminar à ação do Ministério Público do Trabalho que denunciou a irregularidade. "O GDF já tinha sido previamente alertado por notificação sobre a necessidade de concurso público, mas apostou na ilegalidade", aponta o procurador Valdir Pereira, um dos autores da ação.

As contratações para o quadro de funcionários do programa Saúde da Família foram realizadas pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS), que é uma organização não-governamental (ONG). Por meio do ICS, o governo já conseguiu contratar desde fevereiro mais de 4.600 pessoas sem concurso público. Elas estão trabalhando nas administrações regionais, no SLU e para a Secretaria de Saúde.

Para contratar, o governo está conseguindo driblar a exigência de concurso público graças à lei distrital 2.177/98. Aprovada na gestão de Cristovam Buarque (PT), a lei, de autoria do executivo, permite que a administração pública assine convênios com entidades filantrópicas ou de utilidade pública, como o ICS, para realizar serviços públicos. Foi essa lei que regularizou a situação de 3 mil trabalhadores do extinto Saúde em Casa, também contratados na gestão passada sem concurso.

Na prática, a entidade transformou-se numa grande fornecedora de mão-de-obra para o GDF, servindo de porta de entrada para os não-concursados. O ICS contrata, mas quem paga o salário desse contingente é o governo local. Segundo o Ministério Público, essa é uma terceirização irregular.

Foi a Procuradoria do Trabalho da 10ª Região (Tocantins e Distrito Federal) que entrou com ação cautelar na Justiça pedindo a suspensão dos contratos sem concurso. "Não somos contra o Saúde da Família, mas a forma como o governo está contratando os funcionários para trabalhar no programa", explica o procurador Valdir Pereira.

O governo ainda tem esperanças de salvar a festa do Saúde da Família.

## MEMÓRIA

### GDF CONTRATA SEM CONCURSO DESDE 1988

*A contratação de funcionários sem concurso público não é uma prática recente no Governo do Distrito Federal (GDF). Entre 1988 e 1992, a Novacap contratou cerca de 10 mil conveniados sem atender à exigência da lei. A consequência foi uma enxurrada de demissões nos últimos dois anos, determinadas pela Justiça Trabalhista. Essa é uma novela que a telefonista Marlene Dias, 50 anos, conhece bem de perto.*

Em 1991, ela começou a trabalhar na Administração da Ceilândia, como conveniada da Novacap. Perdeu o emprego cinco anos depois, porque a Justiça Trabalhista considerou nulo seu contrato de trabalho. Há menos de um mês, ela retornou — mais um vez sem concurso — para o quadro do governo. Recuperou o mesmo emprego de telefonista. Sua porta de entrada foi o Instituto Candango de Solidariedade, que a contratou para prestar serviço ao GDF. "O que Deus dá ninguém toma. Esse emprego sempre foi meu. Me tiraram daqui, mas consegui voltar",

Jorge Cardoso



**Marlene Dias foi empregada via Instituto Candango**

comemora. Mas o risco de perder o emprego continua. De acordo com o Ministério Público do Trabalho, a situação de Marlene ainda é irregular. "Precisamos cortar logo o mau pela raiz, antes que a história se repita", alerta o procurador Valdir Pereira.

Pressionado pela Justiça Trabalhista, o GDF teve em 1997 de demitir 4 mil conveniados, como a telefonista, que tiveram seus contratos anulados porque foram admitidos sem concurso público depois de 1988, contrariando a exigência prevista na Constituição.

Vai entrar com recurso ainda neste fim-de-semana para derrubar a liminar. Até ontem, estava programado para segunda-feira o lançamento do programa pelo governador Joaquim Roriz, às 10h, no Centro de Saúde 3, em Samambaia. "Num momento em que há surto de gripe no Distrito Federal e as emergências nos hospitais estão lotados, o programa Saúde da

Família não pode esperar", defende o secretário de Saúde, Jofran Frejat.

"A decisão contribui para o desemprego na capital. Quem adota essa postura deve ter à disposição médicos particular e por isso não necessita, como a população mais sofredora, enfrentar fila em hospitais públicos", reforça o secretário de Comunicação do GDF, Welington Moraes.